

INTRODUÇÃO

Diante de projeções positivas para o agronegócio brasileiro em 2021 e 2022, como faturamento bruto da agropecuária acima de R\$ 1 trilhão neste ano, exportações recordes em 2021 e de mais uma safra recorde de grãos em 2021/2022, estimada pela nossa Consultoria em 295 milhões de toneladas – 7% acima da atual –, surgem cada vez mais questionamentos sobre os riscos que rondam este segmento, que respondeu em 2020 por 26,6% do PIB brasileiro.

Os mercados agrícolas já estão, pela sua natureza, expostos aos riscos climáticos, fitossanitários, geopolíticos, cambiais, dentre tantos outros. Neste artigo exclusivo, destacamos quais riscos estarão presentes no curto e no médio prazos e que deverão ser considerados no planejamento de agricultores, pecuaristas, indústrias e revendas de insumos, cooperativas, indústrias de máquinas e implementos agrícolas, processadores de alimentos, tradings e agentes financeiros.

COMMODITIES: “SUPERCICLO” OU “MINICICLO” DE ALTA?

Apesar de a Covid-19 estar ainda muito longe de ser debelada no mundo, as economias dos países, em geral, vêm se recuperando de forma razoavelmente rápida da forte queda provocada pela pandemia. A China é o maior exemplo disso. Um dos principais efeitos desse cenário é o aumento da demanda e, conseqüentemente, dos preços, das matérias-primas. De abril do ano passado até agora, as cotações em dólar das 19 principais commodities agrícolas, metálicas e de energia haviam subido, em média, 40%, de acordo com o índice Commodity Research Bureau (CRB), indicador que é referência no comportamento das matérias-primas. Mas o fato é que **não está claro se o mundo caminha ou não para um novo “superciclo” das commodities**, nos moldes daquele que se iniciou na primeira década dos anos 2000. Os preços atuais ainda estão 16,1% abaixo do pico registrado pelo CRB, em 2011. O índice de preços dos alimentos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) atingiu o maior nível desde meados de 2014, em termos reais.

O resultado está sendo impulsionado pelo forte salto nos preços dos óleos vegetais, cereais, carnes e lácteos. Preocupações persistentes sobre os níveis restritos de estoques nos principais países exportadores coincidiram com uma recuperação gradual na demanda de

importação global. Com o mercado de commodities em forte alta, os preços vão se sustentar no longo prazo? Além das altas dos alimentos, o petróleo Brent subiu 82% desde o fim de outubro e o cobre está no patamar mais elevado desde 2011. Alguns investidores acreditam se tratar do início de um “superciclo”, período no qual os preços de carnes, grãos, metais, gás e petróleo avançam por anos, às vezes décadas. Um período forte nas cotações apresenta uma oportunidade para investidores no longo prazo, como aconteceu nos anos 2000 e início da década de 2010, antes dos preços desabarem em 2014.

No entanto, **as chances desse “superciclo” ocorrer são baixas**. O movimento só ocorre quando uma grande economia, como Estados Unidos ou China, passa por um processo de forte industrialização ou urbanização, criando uma demanda por materiais básicos que os estoques atuais não conseguem suprir. Esse gatilho não está presente neste momento. A rápida recuperação na economia global neste e no próximo ano vai sustentar a demanda, mas além disso, o consumo desses insumos, petróleo em particular, deve estagnar cair. A alta das commodities pode estar sob o efeito de rali permanente que o mercado está desde o ano passado, com a liquidez dos mercados que garantiu alta em praticamente todos os ativos, desde ações, metais preciosos, até a bitcoin. Para o petróleo, a situação fica ainda mais incerta com a mudança de paradigma do consumo para alternativas de energia limpa. Por enquanto, os preços do mercado ainda são sustentados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e Rússia, que seguram a produção, e a recuperação na demanda da China e Índia após a pandemia.

O “superciclo” das commodities anterior trouxe um período de bonança para o Brasil. Foram anos de fortes crescimentos do PIB. Entre 2004 e 2008, o País cresceu, respectivamente, 5,8%, 3,2%, 4%, 6,1% e 5,1%. Essa boa fase, porém, acabou camuflando os problemas estruturais e as grandes reformas econômicas foram deixadas de lado. Quando o tempo de fartura se foi, o Brasil acabou mergulhando em uma forte recessão, da qual até hoje não conseguiu se recuperar. Seja este um “superciclo” ou não, é importante não perder de vista que os problemas estruturais do País precisam ser atacados com urgência. Um eventual “superciclo”, de qualquer forma, não seria capaz de resolver a questão fiscal, nem acelerar o potencial de crescimento do País de forma significativa. Este segue travado pelo ambiente de negócios muito ruim, que não vai ser resolvido por um novo boom de commodities.

O que pode estar ocorrendo atualmente seria “um miniciclo positivo de commodities”: apenas um momento de alta de preços, uma recuperação do tombo sofrido em 2020. Apesar das diferentes avaliações sobre a duração da alta, isto é, se, de fato, trata-se de um novo “superciclo” ou não, há razões objetivas que impulsionam para cima os preços das commodities. Depois do baque na atividade provocado pela pandemia, existe uma recuperação global sincronizada das economias. Além disso, a preocupação crescente com uma matriz energética mais limpa poderá ampliar a procura de commodities minerais ligados a essa mudança. 1,5 bilhão de pessoas vai migrar para classe média na Ásia nos próximos nove anos, com destaque para a Índia, que deve crescer entre 6,5% e 7,0% no período. Isso indica um **grande**

potencial de aumento da demanda por commodities agrícolas, especialmente de proteína animal, para alimentar essa população.

A injeção US\$ 1,9 trilhão de recursos pelo governo de Joe Biden na economia dos Estados Unidos deve impulsionar a demanda e os preços de commodities metálicas para investimentos em infraestrutura no país. O crescimento da China, que fechou 2020 com avanço de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) em meio à pandemia, e que deve se manter forte neste ano, pode ter impacto positivo nos preços das commodities. Há uma saída dos fundos de posições na moeda norte-americana para fundos de commodities, porque justamente existe um fundamento sólido no crescimento chinês. O que sustenta a alta de preços das commodities neste momento (alimentos, petróleo e minério de ferro) é a imensa liquidez de recursos no mercado internacional. Na falta de melhores opções de investimento, esse dinheiro acaba sendo aplicado em mercados futuros de commodities.

CÂMBIO: VOLATILIDADE E CENÁRIO DE BAIXA DO DÓLAR

Atualmente, **o Real é a 4ª moeda mais desvalorizada no planeta**. No fechamento de 2020, o Real havia encerrado o ano na 6ª posição. Os motivos que fazem o Real perder valor sobre o dólar norte-americano são, em essência, o efeito carry trade, que é basicamente o diferencial da taxa de juros pagas nos títulos norte-americanos e as taxas de juros pagas nos títulos brasileiros de mesmo vencimento, a situação fiscal do país ainda fortemente fragilizada e a ausência da tramitação das reformas estruturais no Congresso Nacional. A interferência na gestão das estatais federais gera perda de confiança nos investidores globais em relação ao programa de privatizações e concessões, com efeito sobre a perspectiva negativa da capacidade do Brasil em equilibrar as contas públicas no médio prazo.

Estudo da Austin Rating, que compara o desempenho do Real frente a uma cesta de moedas de 16 países emergentes (EM16C), considerando o início de 2018 até março de 2021, a moeda brasileira sofreu forte desvalorização de 42,5%, enquanto a cesta EM16C apurou desvalorização de 8,8%. E isso considerando que algumas moedas registraram desvalorizações relevantes como o rublo da Rússia (23%), o rand da África do Sul (19,5%), o Peso Colombiano (19,0%) e o Peso Chileno (17,2%). Esse grupo de 16 países responde por 30,1% do PIB global e é uma amostra com efeitos relevantes sobre a dinâmica da economia global. Nesse exercício comparativo, se aplicar o mesmo desempenho da cesta de moedas EM16C no período do início da pandemia no Brasil para a cotação do Real, **o valor atual estaria em R\$ 4,46 por dólar**.

Até agora, a entrada de dólares no Brasil, puxada pelas exportações de commodities, não tem sido suficiente para colocar a moeda norte-americana em patamares mais acomodados. Após ter subido cerca de 30% ante o Real em 2020, o dólar à vista acumula alta próxima de 9% em 2021. O movimento ocorre apesar de o fluxo de divisas para o País, considerando o câmbio contratado, estar positivo. Em tese, ao receber mais dólares com a exportação de commodities, **o Brasil já deveria estar passando por um processo mais acelerado de desvalorização da moeda norte-americana, o que não está ocorrendo**. É a primeira vez que

as cotações das commodities sobem e os países produtores pioram no câmbio. Esse comportamento atípico ocorre devido à deterioração fiscal e ao aumento da dívida dos emergentes no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Além disso, ainda existe um componente político sobre as cotações do dólar, ligado a fatores como a demora na vacinação e as dificuldades do governo na área fiscal. O comportamento do câmbio é muito influenciado pelo desempenho da moeda no exterior. É difícil afirmar que o dólar no exterior vai se enfraquecer. Os EUA vão crescer muito mais que outros países. Sobre a Covid, nos EUA a vacinação está evoluindo rapidamente e o país será o primeiro a entrar numa vida normal. **Há reverses ao câmbio vindos do lado fiscal e esse elemento limitou a queda do dólar abaixo de R\$ 5,30** nos últimos meses. A decretação de estado de calamidade pública em 2020 liberou o governo de cumprir metas fiscais e permitiu aumento explosivo de gastos para combate à pandemia. Com isso, o déficit primário do governo central foi a um recorde de R\$ 743 bilhões, 10% do Produto Interno Bruto (PIB), deixando ainda mais exposto o problema fiscal do Brasil.

Mas o cenário aponta para um dólar abaixo de R\$ 5 com a perspectiva de um ambiente fiscal menos turbulento, resolvido o impasse do Orçamento, e com a visão de que a pandemia já atingiu o pico no país. Um sólido superávit comercial, com o boom das commodities, e o ciclo de alta da Selic também ajudam a moeda brasileira, enquanto as dificuldades de vacinação e as condições financeiras globais são riscos. O dólar saiu do patamar de R\$ 5,80 em março e se aproxima dos R\$ 5,30. Passada a aprovação do Orçamento de 2021, os investidores agora monitoram um potencial avanço na agenda liberal do governo no Congresso. O dólar poderá se depreciar rumo a R\$ 5 com a perspectiva de encaminhamento das reformas. As reformas tributária e administrativa podem ser aprovadas até o final do ano. O ciclo de aperto da política monetário iniciado pelo Banco Central em março deve continuar na próxima semana com nova alta da Selic de 0,75 ponto percentual, também é um fator de sustentação do Real.

Portanto, ao longo da temporada 2021/2022 haverá um risco de dólar se aproximar do patamar de R\$ 5 ou até abaixo dele, o que pode provocar descasamento entre o câmbio vigente no período de compras já realizadas de insumos – entre R\$ 5,50 e R\$ 5,60 – e o câmbio que norteará a formação dos preços das commodities no mercado interno. Neste final de abril, o dólar está abaixo do patamar de R\$ 5,40. No dia 29/04 passado, o dólar fechou em R\$ 5,33, o menor patamar desde janeiro de 2021. O movimento veio após o banco central dos Estados Unidos (Fed) reforçar que ainda é muito cedo para se considerar redução dos níveis de apoio à economia, já que muitos norte-americanos ainda estão desempregados. Assim, o Fed manteve a postura “dovish”, deixando os juros perto de zero. A decisão prolonga o ritmo de estímulos na economia americana. Com manutenção de juros nos EUA e Europa, a tendência é de que uma alta de 0,75 ponto da Selic favorecerá o diferencial de juros para o Brasil ante o exterior e pode atrair investidores estrangeiros em meio à farta liquidez internacional, a despeito do risco fiscal interno.

PLANO SAFRA: DÚVIDAS SOBRE RECURSOS E JUROS

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirma estar trabalhando para apresentar um Plano Safra 2021/2022 “igual ou maior” que o da temporada 2020/2021. Para tanto, o pleito da ministra é que o montante liberado pelo Tesouro para subvenção de taxas de juros supere os R\$ 11,5 bilhões da safra atual e chega a, no mínimo, R\$ 15 bilhões. Ela afirmou ter tido conversas com o Ministério da Economia e com o presidente Jair Bolsonaro sobre a importância de fazer um Plano Safra robusto, vendo que o agronegócio, nesse um ano e meio de pandemia, continua firme, produzindo, batendo recordes de safra e gerando emprego, renda e abastecimento para a população. Ainda contribuiu para a balança comercial e o PIB do Agronegócio está cada dia mais robusto. Tereza Cristina pondera que o valor de R\$ 11,5 bilhões é muito baixo se comparado ao Valor Bruto da Produção (VBP) da Agropecuária, de R\$ 1,1 trilhão. Porém, **são consideradas escassas as chances de que o governo federal conceda aumento de recursos para equalização das taxas de juros do próximo Plano Safra.**

Considerando as medidas que compõem o Plano-Safra (crédito rural, seguro rural e apoio à comercialização), a proposta orçamentária para 2021 enviada pelo governo ao Congresso Nacional contemplava R\$ 10,3 bilhões em subvenções econômicas. O relator-geral do orçamento fez um corte de R\$ 2,75 bilhões, reduzindo para R\$ 7,55 bilhões o valor das subvenções. Segundo estimativas do MAPA, os R\$ 10,3 bilhões iniciais já não dariam para atender à demanda do novo Plano-Safra, em virtude de três fatores principais:

- 1) o aumento dos custos de produção (de pelo menos 20%, a depender do produto/região), o que exigirá mais recursos por hectare plantado, tanto para crédito como para o seguro rural;
- 2) o aumento das taxas de juros de mercado (estima-se que a taxa Selic chegará a 5,5% a.a. até o final de 2021) requererá mais subvenção ao crédito;
- 3) a expectativa de aumento da área plantada, em virtude dos preços estimulantes.

Ao sancionar a lei orçamentária, o Presidente da República vetou despesas de R\$ 19,8 bilhões e baixou um Decreto contingenciando despesas de R\$ 9,3 bilhões. Em seguida enviou ao Congresso o PLN 4/2021, recompondo parte dos cortes feitos pelo relator-geral na proposta inicial de orçamento enviada pelo governo. Relativamente às rubricas que compõem o Plano-Safra, o PLN 4/2021 recompõe todos os cortes feitos pelo relator, exceto para a subvenção ao seguro rural (a proposta original do Executivo foi de R\$ 1.061 milhões; o relator cortou R\$ 84,2 milhões, restando um orçamento de 976,8 milhões; a promessa do governo, no anúncio do Plano-Safra do ano passado, tinha sido de R\$ 1,3 bilhão). Na recomposição feita via PLN 4/2021, houve até um acréscimo substancial na subvenção ao crédito de investimento.

O corte do relator foi de R\$ 600 milhões, mas a recomposição foi de R\$ 1,66 bilhão. Portanto, se aprovado o PLN 4/2021, estarão totalmente recompostos os valores de subvenção

ao crédito originalmente propostos pelo governo (com acréscimo de R\$ 1,066 bilhão para investimentos), restando pendente a recomposição da subvenção ao prêmio do seguro rural. **A proposta original do Executivo contemplava subvenções totais de R\$ 10,3 bilhões e agora, com o PLN 4/2021, ficarão em R\$ 11,3 bilhões.** Todavia, como apontado nos itens 1, 2 e 3 acima, haverá aumento na demanda por crédito para o plantio da safra 2021/2022. Assim, apesar da recomposição e melhoria prevista no PLN 4/2021, **a subvenção ao crédito e ao seguro rural para a próxima safra 2021/2022 não deverão permitir o atendimento do mesmo público contemplado com essas políticas na safra corrente (2020/2021).**

BARREIRAS COMERCIAIS

Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), **cinco novas potenciais categorias de barreiras no comércio internacional podem ter impacto sobre 22% das exportações brasileiras por ano**, equivalente a vendas de US\$ 46,2 bilhões em 2020. A incidência de novas medidas e práticas que surgem de forma imprevisível e não necessariamente violam regras internacionais está relacionada a padrões privados, sustentabilidade, mudanças climáticas, segurança de alimentos e às “novíssimas” barreiras reputacionais. A **primeira categoria** de barreiras vem na forma de padrões privados, ou normas voluntárias de sustentabilidade. São critérios elaborados por companhias privadas para garantir que produtos consumidos ou processos de produção atendem a requisitos mínimos de qualidade, segurança ou sustentabilidade. Empresas em todo o mundo, principalmente multinacionais de países desenvolvidos, passaram gradualmente a adotar essas exigências múltiplas e rigorosas.

Os setores que podem mais ser afetados são alimentos, têxtil, construção civil, equipamentos médicos, mineração, entre outros. A **segunda categoria** é o de sustentabilidade. Reúne exigências governamentais criadas sob justificativa de melhorar o uso de recursos naturais e reduzir a poluição no meio ambiente ou garantir sustentabilidade social. Os que mais se movimentam nessa direção são União Europeia (27 países) e Reino Unido. Dois exemplos: o Pacto Ecológico Europeu (“green deal”), que quer criar taxa carbono para importações; e uma futura legislação impondo “due diligence” na importação de commodities para evitar que o produto venha de desmatamento ilegal. Isso significa custos de adaptação e monitoramento das cadeias de fornecimento a longo prazo. Todos os setores correm risco de serem afetados. A terceira categoria, de **barreiras relacionadas a mudanças climáticas**, incide sobre a entrada e comercialização de produtos importados oriundos de processos produtivos intensivos na emissão de gases de efeito estufa.

A **quarta categoria** é da segurança de alimentos, para assegurar que os produtos importados não causem danos à saúde do consumidor. Na pandemia, medidas adotadas com base em precaução foram adotadas na Europa e na Ásia. Por sua vez, a **quinta categoria** envolve as “novíssimas barreiras reputacionais” resultam em boicote ou redução do consumo de produtos de países ou regiões, normalmente promovido por consumidores ou grupos de interesse. Um exemplo é a decisão da rede de varejo britânica Tesco em não mais comprar carnes brasileiras, por causa do desmatamento na Amazônia. No ritmo atual, os exportadores

deverão assumir custos de adaptação para atender demandas de compradores e consumidores e comprovar conduta empresarial responsável, ou correr o risco de exclusão nos maiores mercados globais.

Nos últimos quatro anos, a CNI notificou o governo federal sobre 80 barreiras às exportações brasileiras em diferentes mercados. Isso reúne todo tipo de obstáculo. Dessas, 36 já se enquadram nas cinco novas categorias examinadas. Entre os que mais as aplicam, estão União Europeia, Estados Unidos e China, os principais mercados do mundo. Com a pandemia de Covid-19, essas novas medidas se intensificaram. Os governos são pressionados não apenas a proteger as empresas com tarifas de importação contra a concorrência internacional, como também assegurar mais que os cidadãos e consumidores serão protegidos contra diferentes riscos. Para isso, os governos aumentam a retração em importações por precaução, sem esperar a comprovação científica de eventuais riscos. Muitas das novas barreiras têm o objetivo legítimo de proteção ao meio ambiente e a consumidores. Mas, a indústria brasileira está preocupada com sua utilização desproporcional, discriminatória e que se tornem permanentes.

PROTEÇÃO AMBIENTAL: PRESSÃO CRESCE CONTRA O BRASIL

Em discurso na abertura da Cúpula do Clima, o presidente Bolsonaro procurou desenhar um cenário perfeito da proteção ambiental no Brasil. Exaltou a posição agroambiental, afirmou que o País é um dos que menos contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa e pediu recursos internacionais. A retórica foi recebida com total ceticismo. Bolsonaro passou metade de seu discurso pedindo dinheiro por conta de conquistas ambientais do passado que ele hoje tenta destruir. De forma geral, **o Brasil saiu desta reunião da mesma forma que entrou: descredito.** Ao pedir apoio financeiro internacional, Bolsonaro deixou de explicar por que mantém paralisado, há mais de dois anos, mais de R\$ 2,8 bilhões doados por Noruega e Alemanha no âmbito do Fundo Amazônia. Bolsonaro coloca o financiamento internacional como condição para a política ambiental dar certo e faz promessas. Assim fica bastante difícil acreditar que este governo vai levar compromissos nesse sentido adiante.

A proposta de orçamento enviada pelo governo ao Congresso (PLOA 21) mostra um completo esvaziamento das autarquias responsáveis em fazer cumprir estes compromissos. O que impressiona é que o presidente **Bolsonaro editou mais decretos ambientais em dois anos de governo do que todos os antecessores** nas últimas três décadas, considerando o mesmo período de mandato. Estudo do Observatório do Legislativo Brasileiro, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostra que, além do aumento na quantidade de atos, Bolsonaro se diferencia pelo conteúdo das medidas, voltadas à gestão militar e ao avanço de atividades econômicas em áreas protegidas. Parlamentares e ambientalistas acusam o Executivo de “passar a boiada”, como sugeriu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e prejudicar a “agenda verde”.

Em abril do ano passado, Salles afirmou em reunião ministerial que o governo federal deveria aproveitar o foco da imprensa na pandemia para “**ir passando a boiada**”, mudando as regras do setor ambiental. Essas mudanças, no entanto, acontecem desde o início da administração. Segundo o levantamento, Bolsonaro editou 39 decretos ambientais nos dois primeiros anos de governo. A quantidade supera os 28 editados por Michel Temer e as “canetadas” de todos os antecessores desde Itamar Franco no mesmo período de mandato. Antes de Temer, a média em dois anos não chegava a 20 decretos. O governo atual se diferencia também pelo teor dos decretos, basicamente voltados para o estímulo de atividades econômicas em áreas sensíveis e pela militarização da gestão da Amazônia Legal. O governo está muito preocupado em favorecer atividades econômicas e ao mesmo tempo usar a gestão militar para maquiar uma série de problemas na administração da Amazônia. Os decretos permitem ao presidente alterar a estrutura administrativa de órgãos públicos e até facilitar a exploração econômica de uma região protegida sem precisar de autorização do Congresso.

Bolsonaro lançou mão desse instrumento para, por exemplo, **flexibilizar a aplicação de multas ambientais e abrir exceções para queimadas no período de seca**. A Amazônia Legal é a prioridade entre os atos assinados por Bolsonaro. Entre as medidas relacionadas à área estão a que regula a gestão militar da região e a que flexibiliza regras de exploração de áreas sensíveis. Em 2019, após o avanço das queimadas, ele editou um decreto que autorizava o emprego das Forças Armadas na região. Também no primeiro ano de governo, o presidente decretou nova forma de aplicação de multas ambientais, criando núcleos de conciliação que transformavam as autuações em projetos de restauração florestal. Essa medida foi questionada no Supremo Tribunal Federal, mas ainda não houve decisão. Recentemente, Salles assinou instrução normativa que esvazia as atribuições dos fiscais, determinando que infrações terão de passar por um superior antes de serem confirmadas.

No início da pandemia, em maio de 2020, um ato do presidente da República transferiu do Meio Ambiente para a Agricultura a concessão de florestas públicas federais, outra medida criticada no setor. Os decretos permitem a Bolsonaro “driblar” a oposição no Congresso e trazem outra vantagem: são mais discretos. São mudanças menos visíveis e menos sujeitas a pressão. Isso possibilita a Bolsonaro dizer que está protegendo a Amazônia e, no entanto, está fazendo, de fato, mudanças que podem afetar o sistema de proteção que o Brasil ergueu nas últimas décadas. A declaração de Bolsonaro na cúpula coordenada por Joe Biden reforçou promessas para combater o desmatamento. Porém, essa declaração contraria a prática do Executivo federal. **Os decretos assinados diminuem a proteção da vegetação nativa do Brasil e apontam na direção contrária, para a diminuição de orçamento**. Esse aumento exponencial de decretos significa que está governando unilateralmente. Grande parte desses decretos é de desregulamentação na área.

Os Estados Unidos negociam com o governo brasileiro um acordo relativo à preservação da Floresta Amazônica. Ao longo dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, constatou-se um perigoso aumento do desmatamento na região. Esse quadro oferece a oportunidade tanto a Joe Biden de apresentar uma vitória na área ambiental como a Jair Bolsonaro de reverter a

lamentável imagem do País no cenário internacional. Aliás, maior ambição na defesa do clima foi precisamente o pedido feito ao presidente da República por um grupo de 34 lideranças empresariais, por meio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). No documento “Neutralidade Climática: uma grande oportunidade”, os empresários pedem que o Brasil se comprometa com a neutralidade de emissões de carbono em 2050, e não em 2060, como foi anunciado pelo governo em dezembro. Segundo o grupo, metas mais ambiciosas trarão benefícios econômicos (com geração de empregos e novos investimentos), comerciais (maior poder de negociação no mercado internacional), ambientais (com redução dos gases de efeito estufa) e reputacionais (reafirmando o protagonismo histórico brasileiro).

Nesse maior compromisso com o meio ambiente, **o CEBDS pede que o governo brasileiro não condicione as metas ambientais ao recebimento de recursos externos.** Em 2020, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que a meta de neutralidade da economia poderia ser antecipada, caso o Brasil recebesse, a partir de 2021, US\$ 10 bilhões por ano. Em menos de um ano, é a segunda vez que lideranças empresariais pedem que o governo Bolsonaro assuma um compromisso ambiental. Em julho de 2020, empresários pediram, em carta ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão, uma política efetiva de proteção da Floresta Amazônica. A percepção dos empresários, o Brasil tem condições de adotar uma política ambiental compatível com as metas assumidas no Acordo de Paris, para mitigar as mudanças climáticas. A nova política externa norte-americana, com Joe Biden dando centralidade à questão ambiental, é oportunidade para uma nova atitude do governo brasileiro. Uma política ambiental responsável interessa, em primeiro lugar, aos brasileiros.

CLASSE MÉDIA ENCOLHE E DESEMPREGO CRESCE

A pandemia da Covid-19 fez aumentar não só o número de brasileiros que vivem na extrema pobreza como **diminuiu a classe média ao seu menor patamar em mais de 10 anos** em relação ao total da população. Com o aumento do desemprego e o tombo da renda, esse grupo social deixou de compreender a maioria dos brasileiros. O percentual da população brasileira pertencente à chamada classe média tradicional caiu de 51% em 2020 para 47% em 2021, mesmo tamanho da classe baixa. A maior marca foi registrada em 2011, quando a classe média era 54% da população brasileira. Os dados consideram como classe média famílias com renda mensal per capita (por pessoa) entre R\$ 667,87 e R\$ 3.755,76. O percentual de 47% foi calculado a partir de projeções e análises estatísticas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na contramão do mundo, o brasileiro termina a década mais pobre. O **número de brasileiros que vivem na pobreza quase triplicou em seis meses**, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Brasil tem a 14ª maior taxa de desemprego do mundo em 2021, em um ranking com 100 países. Em números absolutos, a classe média tradicional foi estimada em 100,1 milhões de pessoas em março de 2021, contra 105 milhões em 2020. Ou seja, a crise trazida pela pandemia empurrou 4,9 milhões de brasileiros da faixa intermediária de renda para a classe

baixa. Essa camada da população não tinha poupança, nem os recursos da elite para passar bem por essa pandemia. Também não contaram com auxílios emergenciais ou políticas voltadas para a base da pirâmide, que foi quem mais sofreu durante a crise.

O processo de expansão da classe média no Brasil foi interrompido desde a crise que se iniciou em 2014. O grande número de desempregados, a inflação acima do teto da meta, preocupação com a saúde das contas públicas e o chamado risco fiscal dificultam uma retomada da economia. Em seis meses, a extrema pobreza quase triplicou no Brasil. No ano passado, o auxílio emergencial mais que compensou a queda de rendimentos do brasileiro, mas o prospecto para esse ano, com parcelas menores, é negativo. A massa de renda ampliada na economia (que agrega salários, benefícios sociais, previdência e rentabilidade de investimentos) subiu 5,3% em 2020, apoiada no auxílio. Neste ano, a queda deve ser de 3,8%, com depósitos menores e geração de empregos que não compensará as perdas da pandemia.

Nas classes D e E, a variação de renda entre um ano e outro é uma “montanha russa”. A primeira rodada do auxílio emergencial, com parcelas de R\$ 600,00 e redução no fim do ano para R\$ 300,00 elevou a renda desse extrato social em 23,4%. Com as quatro parcelas de R\$ 250,00 previstas para a segunda rodada, a queda de rendimentos deve chegar a 14,4% em 2021. Quase 50% da renda dessas famílias das classes D e E vem de previdência e transferências sociais. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados em 30/04 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **a taxa de desocupação no Brasil ficou em 14,4%** no trimestre encerrado em fevereiro. Em igual período de 2020, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 11,6%.

RISCOS SANITÁRIOS: PSA, AFTOSA E INFLUENZA

A Peste Suína Africana (PSA), que dizimou 40% do rebanho de suínos na China – o maior do planeta, a Influenza Aviária – que afeta países em diversos continentes e, por fim, a Aftosa, a qual o Brasil dá passos largos para se tornar um país enquadrado nos critérios de “livre de aftosa sem vacinação”, são, atualmente, as **três principais ameaças sanitárias animais** que rondam o território brasileiro.

A **Peste Suína Africana (PSA)** teve o último caso relatado no Brasil no final dos anos 1970 e nunca mais adentrou nossas fronteiras. Mas é uma ameaça. No Brasil, a Peste Suína Africana já ocorreu no final da década de 1970, foi erradicada e atualmente a doença é considerada exótica no país. O vírus foi identificado em suínos de subsistência, em Paracambi, no Rio de Janeiro, em 1978, que haviam sido alimentados com restos de alimentos de uma carga proveniente de Portugal. Não existe vacina comercialmente disponível. A prevenção em países livres da doença depende de políticas de importação rigorosas, garantindo que nem os suínos vivos infectados nem os produtos de origem suína oriundos de países ou regiões afetadas pela PSA sejam introduzidos em áreas livres. Dentre as medidas de controle estão o descarte adequado (tratamento térmico) de resíduos de alimentos de aeronaves, navios ou veículos provenientes de países com ocorrência da PSA.

Aplicar medidas de biossegurança rigorosas em granjas para prevenir a introdução e disseminação do vírus. O Brasil possui um sistema de vigilância das síndromes hemorrágicas o qual inclui a realização de testes laboratoriais para PSA como diagnóstico diferencial de Peste Suína Clássica (PSC). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está implementando cuidados nas fronteiras e na importação de produtos agrícolas e alimentos de países onde a PSA está ocorrendo. Portanto, é importante que o Brasil mantenha um bom sistema de alerta e um plano de contingência para as doenças exóticas como a PSA. A peste suína africana (PSA) é uma doença altamente contagiosa, causada por um vírus composto por DNA fita dupla, pertencente à família Asfarviridae. A doença não acomete o homem, sendo exclusiva de suínos domésticos e asselvajados (javalis e cruzamentos com suínos domésticos).

A PSA tem sido observada desde o início do século 20 no sul e leste africanos e inicialmente era caracterizada pelos aspectos clínico-patológicos semelhantes à peste suína clássica (PSC). No entanto, posteriormente foi observado que as duas enfermidades são distintas. Como o próprio nome indica, o vírus da PSA surgiu na África, onde a doença é endêmica em muitos países. O vírus se estabeleceu há muito tempo em um ciclo silvestre no leste e no sul da África, envolvendo transmissão entre os suínos selvagens africanos (*Phacochoerus africanus* e *Potamochoerus larvatus*) e uma espécie de carrapato (*Ornithodoros* spp). Nestes hospedeiros, warthogs e bush pigs não se observa doença. Após a sua introdução em suínos domésticos no Quênia, nos anos 1920, a PSA disseminou-se para a maioria dos países da África Subsaariana. Em 1957, e novamente em 1960, a doença foi introduzida em Portugal por meio de restos de alimentos de aeronaves contendo produtos derivados de suínos contaminados com PSA.

A doença permaneceu endêmica na Espanha e em Portugal desde aquela época até meados da década de 1990, espalhando-se posteriormente para outros países europeus (Itália, França, Holanda, Bélgica, Malta) e para a América do Sul e o Caribe. Um novo surto de Peste Suína Africana (PSA) na China, ocorrido no início de abril deste ano em uma das principais regiões de produção, ampliou o alerta com a doença no país e o receio do setor de que o problema seja maior que o que os números indicam. A doença não é prejudicial aos seres humanos, mas mudou a dinâmica global da indústria de carne suína entre 2018 e 2019, quando **reduziu em cerca de 40% o número de suínos na China**. O novo surto, revelado no dia 1º de abril, teria eliminado ao menos 20% do rebanho reprodutor no norte da China. Na província de Henan, a terceira maior produtora de suínos do país, entre 20% e 30% das fêmeas reprodutoras teriam morrido por causa do vírus.

A percepção é de que **a China passa de novo pelo que ocorreu em 2018 e 2019**. Um dia depois dos casos na região norte, as autoridades revelaram um foco na província de Yunnan, no sudoeste chinês. No primeiro trimestre de 2021, houve 8 surtos no país, de acordo com as informações oficiais do Ministério da Agricultura da China. No geral, esses casos haviam ocorrido em pequenas fazendas ou em suínos em trânsito na região sul. Mas, no início de março,

o **surgimento de uma nova cepa** do vírus já preocupava as autoridades locais. Na ocasião, estimava-se que a nova variante teria causado a morte de até 8 milhões de suínos. Para enfrentar a doença, cientistas chineses já trabalham até na clonagem de animais. Pesquisadores usaram células das orelhas dos suínos para o trabalho, a partir do qual já nasceram ao menos 5 suínos. A técnica é vista como opção para preservar e fortalecer os recursos genéticos suínos, que podem ser ameaçados pela epidemia.

Os produtores de chineses de ração aumentaram drasticamente as compras de trigo nos últimos meses para substituir o milho, que subiu em mais de um terço no ano passado para um prêmio raro sobre o trigo após uma queda na produção de milho e nos estoques do país. A China deve usar até 40 milhões de toneladas de trigo para ração na safra 2020/2021 que começou em junho, substituindo aproximadamente a mesma quantidade de milho e deslocando mais de 4 milhões de toneladas de farelo de soja. Espera-se que o milho continue a ser o grão de alimentação primária na China, com 185 milhões de toneladas do cereal esperadas para alimentar os animais este ano, enquanto o setor de pecuária tenta reconstruir seu rebanho de suínos após os surtos mortais de Peste Suína Africana detectados pela primeira vez em 2018. Mas a oferta restrita de milho e os altos preços estimularam os compradores de ração a encontrar alternativas sempre que possível, incluindo o uso de duas vezes mais trigo para alimentação animal do que há um ano.

Segundo as estimativas atuais, de 30 a 40 milhões de toneladas de trigo iriam para o setor de rações em 2021/2022. Mas, o volume deve diminuir à medida que o governo reforça a intervenção, uma referência às recentes medidas tomadas pelas autoridades para restringir as compras de trigo das reservas estaduais e aumentar os preços mínimos do leilão depois que os preços locais do trigo em várias áreas subiram para níveis máximos de cinco anos. A extensão e o impacto da nova safra de trigo em junho também influenciarão o mercado. No final das contas, tudo se resume aos preços. Se os preços do milho continuarem altos e for lucrativo usar o trigo, essa será a opção. Com a nova onda da Peste Suína Africana (PSA) afetando o rebanho chinês, é esperado um atraso no restabelecimento da demanda por ração animal, porém, ainda é esperada uma recuperação em relação a 2020. **Uma recuperação plena do rebanho chinês de suínos, para níveis anteriores ao do início dos surtos, em 2018, agora só é esperada para ocorrer, na melhor das hipóteses, entre 2024 e 2025.**

A **Influenza Aviária**, que atinge diversos produtores e exportadores mundiais de frango, **não bateu em nossas portas, até esse momento, basicamente por motivos geográficos**. Doença de notificação obrigatória à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a influenza aviária é uma doença viral altamente contagiosa que afeta várias espécies de aves domésticas e silvestres e, ocasionalmente, mamíferos como ratos, gatos, cães, cavalos, suínos, bem como o homem. Segundo o Código Sanitário para os Animais Terrestres – OIE, trata-se da detecção em aves domésticas de um vírus de influenza tipo A pertencente aos subtipos H5 ou H7, ou qualquer vírus de influenza do tipo A com um índice de patogenicidade intravenosa (IPIV) superior a 1,2, ou que cause mortalidade em pelo menos 75% dos casos, podendo ser classificado em duas categorias. Apesar de ser exótica em território nacional, ou seja, nunca

detectada no Brasil, a influenza aviária é uma doença de distribuição mundial, com dois ciclos pandêmicos ao longo dos últimos anos e com graves consequências ao comércio internacional de produtos avícolas.

Os vírus de influenza tipo A apresentam alta capacidade de mutação (drift e shift antigênico) e conseqüentemente de adaptação a novos hospedeiros. A adaptação dos vírus de influenza aviária ao homem já foi responsável por uma alta taxa de letalidade, e a possibilidade de transmissão desses vírus entre os seres humanos pode representar um alto risco para a população mundial. **A exposição direta a aves silvestres infectadas é o principal fator de transmissão da influenza aviária.** Estas aves atuam como hospedeiro natural e reservatório dos vírus da influenza aviária desempenhando um papel importante na evolução, manutenção e disseminação desses vírus. Essas aves normalmente apresentam infecção sem adoecer, o que lhes permite transportar o vírus a longas distâncias ao longo das rotas de migração. As principais espécies silvestres envolvidas parecem ser aves aquáticas, gaivotas e aves costeiras. Essas aves migratórias que são transmissoras da doença cruzam nosso país em regiões distantes dos maiores clusters de produção da avicultura nacional.

No entanto, **o fluxo de pessoas ao redor do mundo, assim como de mercadorias, aumenta consideravelmente o risco de disseminação de doenças, incluindo a influenza aviária.** Portanto, aplicar medidas de biossegurança nos estabelecimentos avícolas visando limitar a exposição de aves domésticas a aves silvestres, principalmente migratórias e/ou aquáticas, é a principal medida de mitigação de risco para introdução do vírus da influenza aviária no plantel avícola nacional, e conseqüentemente, para diminuir o risco de evolução para formas altamente patogênicas e recombinação com componentes de outros vírus de influenza para formar vírus que podem não apenas infectar seres humanos, como ser transmitidos entre seres humanos. O Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) além de estabelecer os critérios mínimos de biossegurança a serem aplicados pelos estabelecimentos avícolas para o registro destes junto ao Serviço Veterinário Oficial (SVO), também determina os procedimentos específicos de prevenção e vigilância epidemiológica para influenza aviária.

Por fim, o sonho de ser livre de **Febre Aftosa** sem vacinação implica em ter um controle acirrado e invulnerável de milhares de quilômetros de fronteiras secas, com países como Bolívia, Paraguai e Venezuela, dentre outros, que seguem reportando casos da doença em seus territórios. O combate à febre aftosa no Brasil começou em 1965 no Estado do Rio Grande do Sul. Foi assim instituído no Estado gaúcho o Programa de Combate à febre aftosa, estendido um ano depois aos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso (anteriormente à sua divisão, que resultou na criação do Mato Grosso do Sul), Goiás (anterior à criação de Tocantins), Rio de Janeiro e Sergipe. Até 1992, as ações no país contra à febre aftosa eram orientadas para seu controle, sem se cogitar de sua erradicação. No mesmo ano, porém, estratégia com esse objetivo foi elaborada pelo atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em conjunto com as secretarias de agricultura estaduais e a iniciativa privada, contando com a assessoria do Centro Pan-Americano de febre aftosa (Panaftosa).

A partir desse plano de erradicação da febre aftosa no Brasil foram constituídos os chamados circuitos pecuários, reunindo vários Estados da federação com o mesmo status sanitário e estabelecendo estratégias específicas de combate à doença e metas. Assim se estabeleceu a meta de erradicá-la no Brasil. O Brasil deve vacinar em maio deste ano 170 milhões de animais contra a febre aftosa durante a primeira etapa da campanha nacional de imunização de 2021. Serão imunizados bovinos e bubalinos de todas as idades na maioria dos 21 Estados, entre os quais São Paulo, que tem como meta vacinar 10,5 milhões de bovídeos. Segundo a Divisão de Febre Aftosa da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), **a retirada da vacina contra a febre aftosa prevista para 2021 foi suspensa** em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Entretanto, **o País recebeu parecer favorável da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para reconhecimento dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Bloco I (Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso) como zonas livres de febre aftosa sem vacinação.**

Neste mês de maio, o tema será avaliado durante a 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE. Para a retirada da vacinação é necessário que sejam cumpridas todas as etapas preconizadas no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa), com a participação efetiva e engajamento das entidades do Agronegócio, dos produtores e dos governantes. **É preciso o fortalecimento contínuo dos serviços de defesa e vigilância sanitária animal**, incluindo a ampliação do quadro de profissionais; a disponibilização de infraestrutura, equipamentos e veículos adequados; a reorganização dos postos de fiscalização; e a reorganização de estudos e monitoramento epidemiológico, especialmente de áreas fronteiriças. Com a retirada da vacinação, há uma expectativa pelo maior reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido em relação à erradicação da febre aftosa no Brasil. Isso se traduz na ampliação de mercados importadores de carne e outros produtos dessa indústria.

Uma ou mais dessas enfermidades trariam prejuízos incalculáveis sobre as exportações de proteínas animais, por tempo indeterminado, pode causar rupturas nas cadeias produtivas e, como efeito rebote, afetar os sistemas de produção de grãos (soja e milho) que têm grande parte de suas colheitas destinadas à produção de rações comerciais para os rebanhos domésticos.

ACORDOS COMERCIAIS: ENTRAVES E AVANÇOS DISCRETOS

O Brasil está atrasado e praticamente isolado no mercado internacional. Não tem acordos comerciais e só consegue exportar produtos mais “commoditizados”. Um exemplo das dificuldades enfrentadas começa pelo próprio **Mercosul**. A reunião de ministros do Mercosul, realizada no dia 26/04 passado terminou sem acordo, e com “bate-boca” entre Brasil e Argentina, Apenas a Argentina se posicionou contra a proposta de reduzir imediatamente em 10% a Tarifa Externa Comum (TEC), que é cobrada na importação de produtos de fora do bloco. A proposta de flexibilizar as regras do bloco para permitir que os membros negociem acordos com outros países bilateralmente teve a oposição da Argentina e do Paraguai. Uma nova

reunião foi marcada para maio, quando as discussões dos dois temas serão retomadas. Já se sabia que Brasil e Uruguai pressionariam pela flexibilização das regras, mas que o Paraguai e, principalmente, a Argentina, são contra. As duas propostas são defendidas pelo Brasil e Uruguai como parte de um esforço para “modernizar” o bloco.

O ministro apontou o Mercosul como o primeiro parceiro do Brasil e disse que o País está comprometido com a modernização do bloco, vista como uma peça importante de uma engrenagem mais ampla voltada para a melhor inserção do Brasil nos fluxos internacionais de bens, serviços e investimentos. Ao mesmo tempo em que se procura cultivar a agenda interna do grupo, há, também, um trabalho para impulsionar a agenda externa do bloco. O novo ministro das Relações Exteriores afirma que **será dada grande atenção às negociações de acordos comerciais com parceiros externos**. É verdade que os sócios do Mercosul podem ter tempos diferentes quando se trata de iniciar novas negociações e concluir processos em curso. Para o chanceler, no entanto, essas diferenças são naturais e devem ser respeitadas. Mas ele está convencido de que o Mercosul é capaz de articular as flexibilidades necessárias ao progresso de sua agenda externa.

Sobre o acordo comercial com a União Europeia – que aguarda apreciação pelos parlamentos de todos os países envolvidos – a aprovação da UE parece envolta em controvérsia. O Brasil estará aberto à negociação de documento paralelo (chamado de “side letter”) para reafirmar os compromissos em matéria ambiental e social, ainda que não aceite a reabertura do texto do acordo, que é resultado de longa e complexa negociação – as partes costuraram o tratado por duas décadas. O **acordo entre a União Europeia (UE) e o Mercosul** deve ser visto como estratégico para que o vigor do comércio entre os dois blocos comuns volte, depois de um período de diminuição dos negócios entre as partes. É preocupante, por exemplo, que as duas regiões, apesar de serem parceiras econômicas fortes e históricas em comércio e investimentos, têm perdido espaço de forma acelerada em suas trocas bilaterais. Na última década, a corrente de comércio entre Brasil e União Europeia declinou de US\$ 90 bilhões para US\$ 58 bilhões, uma queda de 36%.

A participação das exportações das empresas europeias nas compras do Brasil está em declínio, sobretudo em máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte e produtos químicos. Isso significa produção, empregos e salários sendo perdidos, muitas vezes para empresas de regiões que não praticam um comércio leal, ao contrário do que fazem as empresas do Mercosul e da União Europeia. Trata-se, portanto, e acima de tudo, de um acordo estratégico que abrirá possibilidades para recuperar mercado dos dois lados. É preciso reiterar o apoio e os benefícios econômicos e sociais do tratado, que demorou 20 anos para ser costurado e agora aguarda a aprovação pelos parlamentos dos dois blocos para ser ratificado. O acordo vai além do comércio de produtos e estabelece regras para liberalização de serviços, possui convergências regulatórias em setores como automotivo e abre efetivamente dois dos maiores mercados de compras governamentais do mundo.

O acordo também dá mais transparência a medidas sanitárias e fitossanitárias, aprimora regras de propriedade intelectual, sobretudo com o reconhecimento de centenas de indicações geográficas na Europa e no Brasil, sendo sua maioria nos setores de alimentos e bebidas. Um **estudo da London School of Economics, que prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em até 11 bilhões de euros no Brasil** e de 15 bilhões de euros na União Europeia. O resultado do estudo confirma também benefícios aos consumidores, a melhora da qualidade de vida e do emprego e a redução das desigualdades sociais. O estudo também revelou benefícios na área ambiental. São compreensíveis as críticas recentes que o Brasil vem recebendo.

Porém, é justo também lembrar que o País e suas empresas são players historicamente ativos em relação ao desenvolvimento sustentável e construíram uma economia ambientalmente responsável. O Brasil aderiu a acordos internacionais e implementou políticas domésticas pioneiras, algumas superiores às adotadas em países desenvolvidos, nos últimos anos. Além disso, o Brasil é um dos líderes mundiais na conservação do meio ambiente, em matriz energética limpa e a biodiversidade está entre os seus principais ativos. Por isso, a ratificação do tratado reafirmará os compromissos com a sustentabilidade, promoverá um quadro regulatório que vai aumentar a competitividade para retomada de mercados e terá regras para acompanhar a implementação em todas as áreas.

O novo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto de Franco França, enfatizou a importância atual da **China** para o Brasil e a expectativa de que continuará a ser um parceiro fundamental no futuro. O chanceler salientou que **o país asiático é o maior parceiro comercial do Brasil e um dos cinco maiores investidores estrangeiros no País**. O comércio bilateral cresceu em 2020, apesar da pandemia, para um volume recorde de US\$ 102,5 bilhões, com saldo superavitário, também recorde para o Brasil, de US\$ 33 bilhões. No primeiro trimestre deste ano, já há mostras de que essa tendência deve perdurar. A corrente comercial do período atingiu US\$ 28,5 bilhões, 20% a mais do que no ano passado. A China respondeu por US\$ 33,6 bilhões do superávit de US\$ 50,9 bilhões na balança comercial em 2020.

A alta de 17%, em volume, nas exportações para a China foi puxada pelas commodities. Dois terços do saldo positivo de 2020 se deveram às trocas com o gigante asiático. O aumento nas exportações de commodities direcionadas para a China atenuou a queda nas vendas externas em um ano de forte retração na demanda mundial. Com o tombo do comércio exterior por causa da pandemia de Covid-19, no agregado, as exportações caíram 5,7% em volume e 8,8% em preço. Só que as vendas de commodities ao exterior, embora tenham caído 5,8% em preço, subiram 7,4% em volume, na comparação com 2019. As exportações de não-commodities caíram 5,8% em preço e 13,5% em volume. Com isso, as commodities responderam por 66% do valor exportado ano passado, maior participação da série histórica.

Quando se desagrega as exportações por atividade econômica, a agropecuária registrou alta de 7,4%, em termos de volume, enquanto houve quedas nas vendas externas da indústria extrativa (-1,2%) e na indústria de transformação (-3,6%). **A liderança anual do setor**

agropecuário nas exportações brasileiras é explicada pelo aumento de volume das exportações para a China. O apetite chinês para comprar commodities do Brasil, com destaque para a soja e as carnes, fez a China ficar com 32,3% das exportações brasileiras em 2020, ante uma participação de 28,1% em 2019. Nas importações, a China ficou com 21,4% de participação em 2020, ante 19,9% em 2019. O aumento do peso chinês como parceiro comercial do Brasil se explica também pelas quedas nas exportações para outros países.

Brasil e Estados Unidos são grandes competidores na venda de grãos, disputando o maior cliente mundial, que é a China. O agronegócio brasileiro aumentou as exportações para o país asiático durante o governo Trump, depois que a China praticamente parou de comprar soja dos Estados Unidos em meio à longa disputa que culminou com um acordo comercial em janeiro de 2020. Por esse acordo, que ainda vigora, a China se comprometeu a adquirir US\$ 36,5 bilhões em produtos agrícolas dos Estados Unidos apenas em 2020. No entanto, ainda que haja uma expectativa de que o governo Biden tenha uma relação melhor do que Trump com a China, isso não significa que os dois países irão parar de disputar por hegemonia no cenário global. As tensões não deixarão de existir. O acordo entre Estados Unidos e China também não significa que o Brasil irá diminuir as suas vendas de produtos agrícolas ao país asiático no curto prazo. A China está demandando muitos grãos, recompondo o seu rebanho de suínos (que usam a soja como ração). E ninguém consegue atender a esta demanda como o Brasil.

Segundo estudo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a assinatura de um **acordo de livre comércio com a Coreia do Sul**, cujas negociações estão em curso desde 2018 no âmbito do Mercosul, pode elevar a receita brasileira com as exportações de pelo menos 41 produtos agropecuários. O potencial passa de US\$ 8 bilhões se considerados somente alguns dos principais itens, quatro vezes mais que todo o montante atual dos embarques. A Coreia do Sul, que **é o sétimo principal destino das exportações do agronegócio brasileiro**, com US\$ 2,2 bilhões de receita em 2020, compra de outros países 70% dos alimentos que consome. O país tem acordos com 18 mercados, entre eles grandes concorrentes do Brasil, como China, Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália e União Europeia, Peru, Chile e Colômbia. Um acordo comercial amplo e ambicioso derrubaria as barreiras tarifárias e sanitárias impostas pela Coreia do Sul. Um dos desafios é desgravar as tarifas aos produtos agrícolas do Brasil para ampliar o acesso dos produtos do agro.

A Coreia do Sul é um mercado bastante restrito aos produtos agrícolas. Mais de 95% do comércio deles se dá com produtos industriais. Os produtos com mais potencial para exportações à Coreia do Sul são carnes (até US\$ 3,5 bilhões) e cereais (até US\$ 2 bilhões), com destaque para o milho (US\$ 1,7 bilhão). Itens com pouco espaço no mercado sul-coreano hoje também podem ganhar espaço, como os complexos soja (até US\$ 838,2 milhões) e sucroalcooleiro (até US\$ 706 milhões), bebidas (até US\$ 359 milhões), café (até US\$ 380,2 milhões) e frutas (até US\$ 319,9 milhões). Também há oportunidades para segmentos em que o Brasil não tem participação expressiva no mercado mundial, mas dos quais a Coreia do Sul é grande importadora, como pescados, produtos oleaginosos (óleo de palma ou dendê, de canola

e sementes de gergelim) e lácteos. Um acordo de livre comércio também beneficiaria a importação de fertilizantes agrícolas e máquinas da indústria leiteira, e serviços de tecnologia.

As concessões e benefícios dados a produtos e países parceiros da Coreia do Sul tiraram o mercado, por exemplo, do suco de laranja do Brasil, que perdeu importante cliente e agora espera pelo sucesso das negociações. Mesmo entre as commodities, algumas sofrem com as tarifas sul-coreanas. A Coreia do Sul é um importante demandante de carne, mas não compra do Brasil. Questões sanitárias e fitossanitárias precisam ser resolvidas, por isso só um acordo tarifário não resolve. O milho é outro exemplo. Os sul-coreanos importam mais de 2 milhões de toneladas, mas compram apenas 350 mil toneladas do Brasil, já que impõem tarifas altíssimas. O país asiático é um mercado qualificado, de renda per capita elevada e que consome produtos de alto valor agregado, o que poderia contribuir para a diversificação da pauta exportadora brasileira, com vendas maiores também de itens como frutas, mel e alimentos processados. Por isso, o Brasil precisa ser habilidoso na construção desse acordo.

Carlos Cogo

SÓCIO-DIRETOR DE CONSULTORIA
AGRIBUSINESS CONSULTANT



+55 51 999 867 666

+55 51 3248 1117

Av. Soledade, 361/sala 901

90470-340 Porto Alegre/RS

www.carloscogo.com.br